



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

14  
C  
210

Recurso de agravo nº 71709-3/01 - Comarca do Recife

Agravante: Departamento Estadual de trânsito de Pernambuco - DETRAN-PE.

Agravado: José Alencar Dias da Costa Araújo.

3455

EMENTA: ADMINISTRATIVO, TRÂNSITO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. RENOVAÇÃO DE LICENCIAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO. CANCELAMENTO DE MULTA. QUITAÇÃO DE DÉBITO POR PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO, AUSÊNCIA DE RECUSA. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. AÇÃO ADEQUADA E PROPOSTA NO PRAZO LEGAL. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADE. INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE REGÊNCIA. DUPLA NOTIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES NÃO COMPROVADA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O ato impugnado no *writ* é a negativa de renovação do licenciamento do veículo do agravado, relativo ao exercício/2000, posto que com relação ao exercício/1999, o valor dos encargos e multas do veículo do impetrante foi pago por via de depositado em consignação que foi aceito tacitamente pela autarquia agravada. 2. O argumento da imprestabilidade da via eleita por necessidade de dilação probatória também não merece acolhida, posto que a vasta documentação carreada aos autos atesta a suficiência das provas no caso em exame. 3. Quanto ao procedimento administrativo de apuração das infrações e aplicação das penalidades, cuido que a autarquia de trânsito não enviou as duas notificações para cada uma das infrações de trânsito atribuídas ao agravado, indispensáveis à regularidade do referido procedimento, a teor do disposto nos arts. 280, VI e 282, *caput* e §§ 1º, 3º e 4º da Lei nº 9.503/97 e na Súmula nº 312 do STJ. 4. Recurso conhecido para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 124, VIII e 131, § 2º da Lei nº 9.503/97, que se entendeu não violados e, no mérito, desprovido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do recurso de agravo nº 153219-8/01, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos dos votos, da ementa e da resenha, que fazem parte integrante deste julgado.

12

P.R.I.  
Recife, 10 de dezembro de 2009

  
Des. Ricardo Paes Barreto - Relator

15  
C

217





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

16  
C  
212

Recurso de agravo nº 71709-3/01 - Comarca do Recife  
Agravante: Departamento Estadual de trânsito de Pernambuco - DETRAN-PE.  
Agravado: José Alencar Dias da Costa Araújo.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo em face de decisão terminativa desta relatoria, que deu provimento ao recurso de apelação em apenso, em razão de confronto do apelo com súmula do STJ.

Segundo o agravante a decisão que se busca integrar merece reforma, em razão da decadência da ação mandamental, da inviabilidade dessa ação por necessidade de dilação probatória, da regularidade das notificações enviadas ao impetrante ora agravado, e de que o depósito judicial do valor das multas não extingue a obrigação de pagá-las.

Prequestiona explicitamente o disposto nos arts. 124, VIII e 131, § 2º da Lei nº 9.503/97, pugnando, ao final, pela retratação da decisão recorrida ou pelo provimento do agravo em julgamento colegiado, para a manutenção da sentença originária.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada, que se transcreve no essencial.

(...) Feito o relatório, decido monocraticamente. A arguição de decadência da ação mandamental pelo órgão de trânsito não merece acolhida. O apelante tomou conhecimento das infrações de trânsito que teriam sido cometidas em abril e gosto/1998, em março/1999, quando do recebimento do carnê para pagamento do licenciamento do veículo relativo ao exercício/1999. Ingressou com defesa administrativa através dos correios em 15/03/99 e, não obtendo resposta no prazo legal, ingressou com recurso perante a Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI-DETRAN/PE, tendo ficado sem resposta ao recurso até a data da impetração do mandamus. Ainda em face do silêncio da administração, promoveu o pagamento em consignação do valor que entendeu devido, no Banco do Brasil - agência Santo Antônio, nesta cidade, comunicando o depósito nos termos e para os efeitos do disposto no art. 890, § 1º do CPC, documento recebido pelo DETRAN/PE em 20/07/1999. Em resposta ao apelante o citado banco informou que até o dia 09/08/1999, não havia recebido qualquer manifestação de recusa do valor depositado, por parte do DETRAN/PE conforme documento de fls. 33, o que levou o insurgente a concluir estar liberado da obrigação, ficando a quantia à disposição do órgão de trânsito credor, a teor do disposto no § 2º do art. 890 do CPC. Com efeito, se nos afigura evidente que o ato impugnado na ação mandamental é a negativa de renovação da matrícula/licenciamento do veículo referente ao exercício/2000, vez que com relação às infrações e demais encargos relativos ao exercício/1999, o apelante já liberado em face do pagamento em consignação não recusado pelo órgão de trânsito. Demais disso, para além do fato de os

Q

17  
C  
213  
recibos de notificações de fls. 63 não se prestarem a comprovar a efetiva notificação do apelante, posto que sequer fazem alusão ao endereço a que teriam sido enviadas as notificações de infração, a jurisprudência doméstica, em harmonia com a Súmula 312 do STJ, é no sentido de ser necessária dupla notificação da infração, para garantia da ampla defesa e regularidade do procedimento administrativo de aplicação e imposição da multa, sob pena de decadência do direito de punir do Estado. Nesse sentido, os seguintes julgados das 7ª e 8ª Câmaras deste Tribunal, abaixo ementados e transcritos no essencial.

ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO C/C PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO, DANOS MORAIS E RETIRADA DOS PONTOS NA CNH. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DO PÓLO PASSIVO. REJEITADA. NULIDADE DOS AUTOS DE INFRAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE. RETIRADA DOS PONTOS NA CNH. PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA POR UNANIMIDADE. 1. (...) 7. A discussão principal dos autos sob exame é a respeito da inobservância do devido processo legal pelo Município do Recife e o DETRAN na imposição de multa de trânsito autuada por agentes da CTTU, pela ausência de notificação do auto de infração, obrigatória conforme dispõe os artigos 280 e 281 do CTN, no capítulo que trata do processo administrativo. 8. Em nenhum momento os apelados demonstraram que procederam com a notificação do auto de infração, sabidamente obrigatória a teor dos já citados dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro, alegando, sobretudo, a legalidade do procedimento adotado e a presunção de verdade nas informações dos autos de infração dos agentes de trânsito, em face da não apresentação de provas em contrário que fizesse ensejar a ilegalidade das multas aplicadas. 9. No entanto, o cerne da questão está no procedimento administrativo adotado pelos apelados em face da ausência da notificação de infração que possibilita a defesa e não na veracidade das infrações cometidas pelo apelante, fato que desconstitui as multas aplicadas por ferir dispositivos expressos de lei e, sobretudo, por afrontar o princípio constitucional do devido processo legal e conseqüentemente da garantia da ampla defesa. 10. Em que pese os argumentos dos apelados de que a obrigatoriedade do envio das duas notificações somente se deu com a edição da Resolução 149 do CONATRAN datada de 19/09/2003, estes não devem prosperar, pois o Superior Tribunal de Justiça vem confirmando seu posicionamento em julgados anteriores à referida Resolução, como p. ex.: REsp 426084 / RS 2002/0042152-6 Ministro LUIZ FUX (1122) T1 - PRIMEIRA TURMA 19/11/2002 DJ 02.12.2002 p. 242.11. Desta feita, dúvidas não restam quanto à ilegalidade dos autos de infração acima mencionados, pelo fato da inobservância do devido processo legal, tendo em vista a ausência de notificação dos autos de infração, devendo os apelados desconstituir os autos de infração, proceder com a exclusão das anotações na Carteira nacional de Habilitação e, ainda, restituir os valores pagos indevidamente. (...) (AC 132734-0, 7CC, Rel. Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo, julgado em 13/05/2008).

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO APELO RECONHECIDA À UNANIMIDADE. MÉRITO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. INEXISTÊNCIA DE DUPLA NOTIFICAÇÃO. INOPORTUNIDADE DE DEFESA PRÉVIA. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. Resta patente a intempestividade do apelo voluntário, uma vez que as partes foram intimadas da sentença em 17/04/2004 e só interpuseram o apelo em 17/05/2004, ou seja, passados mais de quinze dias, quando já operada a preclusão temporal, prevista no art. 508 do CPC, para seu exercício. 2. Preliminar de intempestividade do apelo acolhida à unanimidade. 3. Mérito. 4. Há necessidade de dupla notificação ao infrator para legitimar a imposição de penalidade de trânsito e possibilitar a defesa prévia. 5. Embora não esteja acobertado pelo manto da decadência, não pode ser estendida a segurança, no sentido de o apelado abster-se de aplicar as penalidades advindas dos autos de infrações nsº 00311235124925256 e

28

003112326152252149, relativamente ao auto de infração nº 003052208697252175, na medida em que restou intempestivo o apelo interposto pelos apelantes, ante a vedação da reformatio in pejus. 6. Reexame necessário improvido. 7. Decisão unânime (AC 121392-5, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 27/09/2007).

No mesmo sentido, a jurisprudência do STJ conforme o seguinte aresto. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - DUPLA NOTIFICAÇÃO - SÚMULA 312/STJ: NECESSIDADE - RENOVAÇÃO DO PROCEDIMENTO - DECADÊNCIA - RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS - POSSIBILIDADE. 1. A Lei 9.503/97 prevê uma primeira notificação, da autuação pelo cometimento da infração de trânsito, para apresentação de defesa prévia (art. 280), e uma outra, informando a aplicação da penalidade, para que o apenado se defenda da sanção aplicada (art. 281). Entendimento sumulado pelo STJ. 2. Não observado o procedimento legal, pela autoridade de trânsito, não é possível a renovação do procedimento de aplicação da penalidade, dada a decadência do direito de punir do Estado. Inteligência do art. 281, inciso II, do CTB. 3. O pagamento da multa imposta pela autoridade de trânsito não configura aceitação da penalidade, nem convalida eventual vício existente no ato administrativo, uma vez que o próprio Código de Trânsito Brasileiro exige o seu pagamento para a interposição de recurso administrativo (art. 288) e prevê a devolução do valor no caso de ser julgada improcedente a penalidade (art. 286, § 2º) 4. Recurso especial provido (REsp 1039153/RS, T2, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 14/08/2008). Desse modo, uma vez que o apelante não foi devidamente notificado das infrações de trânsito que lhe foram imputadas, não se pode condicionar a renovação da licença do veículo ao pagamento das multas, a teor do disposto na Súmula 127 daquela Corte Superior. Diante do exposto, estando a decisão recorrida em manifesto confronto com súmula do STJ, dou provimento apelo. P e I. Recife, 07 de maio de 2009 Des. Ricardo Paes Barreto. Relator.

Do teor da decisão transcrita vê-se que o apelante tomou conhecimento das infrações de trânsito ocorridas em abril e agosto/1998 quando recebeu o carnê para pagamento do licenciamento do veículo relativo ao exercício/1999 em março deste ano, o que o fez ingressar, em 15/03/99, com a defesa administrativa via correios.

Sem resposta à sua defesa prévia no prazo legal o agravante provocou o órgão recursal administrativo competente, não obtendo deste qualquer resposta ao recurso até a data da impetração do *writ*.

Irresignado com a inércia do órgão recursal o impetrante promoveu o pagamento em consignação no Banco do Brasil, para os fins previstos no art; 890, *caput* e § 1º do CPC, tendo a autarquia de trânsito sido notificada do depósito em 20/07/1999.

Em seguida, o referido banco informou, em 09/08/1999, não haver recebido manifestação de recusa do depósito por parte da autarquia agravante, ficando a quantia depositada à disposição desta, e liberado o devedor, nos termos do que dispõe o art. 890, § 2º do CPC.

Resta, portanto, evidente, que o ato impugnado no *writ* não é outro senão a negativa de renovação do licenciamento do veículo relativo ao exercício/2000, posto que com relação ao exercício/1999, o valor dos encargos e multas relativas ao veículo do impetrante foi depositado em consignação e aceito tacitamente, pelo que não merece guarida a decadência da ação mandamental sustentada pelo DETRAN-PE.

O mesmo ocorre com relação à tese da imprestabilidade da via eleita por necessidade de dilação probatória, posto que a vasta documentação carreada aos autos atesta a suficiência das provas no caso em exame.

19.  
C  
215

No que pertine ao procedimento administrativo de apuração das infrações e aplicação das penalidades, faço ver que a autarquia de trânsito não observou as normas de regência, posto que não foram enviadas as duas notificações para cada uma das infrações de trânsito atribuídas ao agravado, indispensáveis à regularidade do referido procedimento, a teor do disposto nos arts. 280, VI e 282, *caput* e §§ 1º, 3º e 4º da Lei nº 9.503/97 e na Súmula nº 312 do STJ, fato este confessado pela própria autarquia de trânsito insurgente, que fez menção, às fls. 05 deste agravo, ao envio de apenas uma das notificações legalmente exigidas.

Diante de todo o exposto, nego provimento ao recurso, não vislumbrando qualquer violação ao disposto nos arts. 124, VIII e 131, § 2º da Lei nº 9.503/97 explicitamente prequestionados.

É como voto  
Recife, 10 de agosto de 2009

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Relator